

Considerações sobre a classificação e descrição de documentos de arquivo no contexto do ambiente tecnológico e social

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) - SP - Brasil.

Professor da Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9941441906608746>

E-mail: renasou@unb.br

Rogério Henrique de Araújo Júnior

Doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF - Brasil.

Professor da Universidade de Brasília (UnB) - DF - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4752236489901895>

E-mail: araujojr@unb.br

RESUMO

Existe na arquivologia certo distanciamento entre suas formulações teóricas e as realizações práticas. Uma delas é a que vincula as funções arquivísticas a uma idade específica do ciclo de vida dos documentos. A prática dessa compartimentação não tem na literatura um aporte teórico. No mundo do documento físico, isso não fez parte de um debate central. O ambiente digital, a legalização do acesso à informação e os novos comportamentos informacionais provocaram um impacto importante em relação à aplicação de determinada função em uma idade documental específica. Alguns autores entendem que as funções arquivísticas, para atender o novo contexto e as novas demandas, precisam ser desenvolvidas durante o contínuo da vida do documento. O tema deste trabalho são as funções arquivísticas classificação e descrição. O objetivo do artigo é entender como trabalhar com a questão da representação da informação (classificação e descrição) nesse ambiente transformado. O resultado encontrado deu-se por meio de ampla revisão de literatura e da observação resultante de projetos de pesquisa junto a órgãos da administração pública federal, em Brasília. Considera-se muito difícil e limitado trabalhar com essas funções sem romper as barreiras impostas pelas idades documentais. A classificação e a descrição, para atingir seus objetivos, precisam ser realizadas durante todo o contínuo da vida documento de arquivo.

Palavras-chave: Representação da informação. Classificação de documentos de arquivo. Descrição de documentos de arquivo. Acesso à informação.

Considerations on the classification and description of archival documents in the context of the technological and social environment

ABSTRACT

There is in Archivology a certain distance between its theoretical formulations and practical achievements. One is the one that links archival functions to a specific age in the document lifecycle. The practice of this compartmentalization does not have in the literature a theoretical contribution. In the world of the physical document, this was not part of a central debate. The digital environment, the legalization of access to information and new informational behaviors have had an important impact in relation to the application of a certain function at a specific documentary age. Some authors understand that archival functions to meet the new context and new demands need to be developed throughout the life of the document. The subject of this work is the archival classification and description functions. The objective of the article is to understand how to work with the issue of information representation (classification and description) in this transformed environment. The result was found through a large literature review and the resulting observation of research projects with Federal Public Administration Agencies in Brasília. We consider it very difficult and limited to work with these functions without breaking the barriers imposed by documentary ages. The grading and description to achieve your goals need to be accomplished throughout the continuous life-of-file document.

Keywords: Representation of information. Classification of archival documents. Description of archive documents. Access to information.

Consideraciones sobre la clasificación y descripción de documentos de archivo en el contexto del ambiente tecnológico y social

RESUMEN

Existe en la Archivología cierto distanciamiento entre sus formulaciones teóricas y las realizaciones prácticas. Una de ellas es la que vincula las funciones archivísticas a una edad específica del ciclo de vida de los documentos. La práctica de esta compartimentación no tiene en la literatura un aporte teórico. En el mundo del documento físico, esto no forma parte de un debate central. El ambiente digital, la legalización del acceso a la información y los nuevos comportamientos informacionales, han provocado un impacto importante en relación con la aplicación de una determinada función en una edad documental específica. Algunos autores entienden que las funciones archivísticas para atender el nuevo contexto y las nuevas demandas necesitan ser desarrolladas durante el continuo de la vida del documento. El tema de este trabajo son las funciones archivísticas de clasificación y descripción. El objetivo del artículo es entender cómo trabajar con la cuestión de la representación de la información (clasificación y descripción) en ese ambiente transformado. El resultado encontrado se dio por medio de una amplia revisión de literatura y de la observación resultante de proyectos de investigación junto a órganos de la Administración Pública Federal, en Brasília. Consideramos muy difícil y limitado trabajar con esas funciones sin romper las barreras impuestas por las edades documentales. La clasificación y la descripción para alcanzar sus objetivos deben ser realizadas durante todo el continuo de la vida documento de archivo.

Palabras clave: Representación de la información. Clasificación de documentos de archivo. Descripción de los documentos de archivo. Acceso a la información

INTRODUÇÃO

Desde que foram sistematizadas pelos canadenses Jean-Yves Rousseau e Carol Couture no início da década de 1980 (Couture, Rousseau, 1982), as funções arquivísticas de criação, classificação, avaliação, descrição, aquisição, preservação e difusão delimitaram o espaço de intervenção do arquivista, isto é, desenharam o que fazer-arquivístico. Tornaram-se o guia para as ações entre os dois processos centrais do tratamento arquivístico: a criação e a guarda de documentos. Independentemente do modelo utilizado, as funções arquivísticas precisam se fazer presente nesse intervalo. Em obra posteriormente publicada, *Les fonctions de L'archivistique contemporaine*, em 1999, Carol Couture alertava para o fato de que cada uma das funções transcende as três idades dos arquivos (corrente, intermediária e permanente), a utilização administrativa ou para pesquisa e o suporte sobre os quais eles são consignados.

A arquivologia, como nós a percebemos nos últimos 30 anos no Brasil, tem demonstrado grande distância entre a formulação teórica e a aplicação prática. A evolução do pensamento tem sido muito mais rápida do que as suas implicações na realidade. Enquanto a discussão já abrange o ambiente digital, no dia a dia a realidade do trabalho é ainda moldada pelo acúmulo de grandes massas documentais no suporte tradicional em papel. Além disso, e ainda mais importante no nosso entendimento, é o fato de que nos agarramos em alguns princípios que nunca foram expressos na literatura arquivística. Um deles, e o que interessa sobremaneira a este trabalho, é o que vincula diretamente a função arquivística a uma idade específica. Toda vez que é discutida descrição de documentos de arquivo, o debate se dá, eminentemente, no âmbito dos arquivos permanentes, assim como a preservação e a difusão. Então, o caminho trilhado foi realizar essa vinculação, não obstante a crescente limitação do espaço de discussão e de trabalho.

É importante compreender que a base teórica da arquivologia construída a partir do manual de arranjo e descrição dos arquivistas holandeses, publicado no Brasil pelo Arquivo Nacional em 1975, foi resultado de uma realidade arquivística específica que se impunha à época. Hoje, há um ambiente inteiramente digital caracterizado pelo avanço da legalização do acesso à informação e um comportamento de recuperação da informação moldado pelas pesquisas feitas em motores de busca como o Google. Desta feita, a pergunta que se coloca é como as funções classificação e descrição precisam ser desenvolvidas nesse novo cenário.

O objetivo deste artigo é entender como trabalhar com a questão da representação da informação em arquivos (classificação e descrição) em um ambiente onde predomina o documento digital, a legalização do acesso à informação e os novos comportamentos informacionais dos usuários. A metodologia consistiu em ampla revisão de literatura e na observação participativa de projetos de pesquisa sobre o tema, desenvolvidos pelos autores em órgãos da administração pública federal, instalados em Brasília, no período compreendido entre 2011 e 2019.

A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

A representação da informação em arquivos foi uma concepção proposta por Esteban Navarro (1995), a partir da disciplina de representação e organização do conhecimento que estuda os fundamentos científicos e o desenvolvimento de técnicas para o armazenamento, tratamento e recuperação da informação. Segundo o autor, no campo de estudos de gestão de documentos, a representação da informação em arquivos diz respeito ao:

(...) estudo dos recursos e dos instrumentos que são empregados nos diversos centros de informação, com ou sem o apoio de computadores, para a identificar, extrair e descrever a informação presente nos documentos, a partir da análise do seu conteúdo ou de seu modo de produção, com vistas a classificá-los e ordená-los para uma recuperação mais efetiva das demandas dos usuários (ESTEBAN NAVARRO, 1995, p. 66).

Para entender a representação da informação em arquivos a partir das funções classificação e descrição, é necessário aproximar os objetivos dessas duas funções, que são vinculadas diretamente com a problemática do acesso à informação. A classificação de documentos de arquivo tem três objetivos:

- manutenção do vínculo arquivístico,
- fundamentação de outras funções arquivísticas, particularmente a avaliação e a descrição, e
- recuperação da informação.

A descrição tem dois objetivos: o controle e o acesso. Portanto, a discussão a partir deste ponto é balizada pelos objetivos do processo de busca e recuperação da informação e o acesso das funções classificação e descrição.

O processo de busca e recuperação da informação deve ser compreendido como a localização de documentos ou itens de informação que tenham sido objeto de armazenamento, a fim de possibilitar o acesso dos usuários (ARAÚJO JÚNIOR, 2007).

A descrição de documentos de arquivo tem como função precípua possibilitar a atribuição de metadados aos conjuntos documentais, para que seja possível, de acordo com Cruz Mundet (2011), administrar e registrar a informação para identificar, gerir, localizar e recuperar os documentos.

A classificação de documentos de arquivo tem como finalidade agrupar hierarquicamente os documentos, identificando e estruturando as atividades dos conjuntos de documentos em categorias lógicas, permitindo localizá-los e recuperá-los (CRUZ MUNDET, 2011).

Assim, a vinculação, em um modelo de causa e efeito, aponta para funcionalidades da descrição e da classificação implícitas, ou seja, identificação da existência, bem como a localização e obtenção do documento e do seu conteúdo.

Tais funcionalidades estão diretamente associadas com o que esperam os usuários em sistema de arquivo, que além da indispensável manutenção do vínculo arquivístico, possam recuperar a informação contida no documento. No momento em que o documento é recuperado, coloca-se em análise e julgamento o cumprimento dos requisitos de identificação da existência e da localização de um item documental. A precisão da recuperação da informação reforça, em última análise para os usuários, a assertividade da descrição e da classificação dos documentos de arquivo.

A tecnologia da informação tem proporcionado largos avanços nas áreas que trabalham com grandes volumes de documentos e informações. Entretanto, ela, em alguns momentos, é entendida como uma panaceia para todos os males, o que é uma falácia. Para Araújo Júnior; Sousa; Albuquerque (2015), o tratamento de grandes quantidades de dados e de documentos de arquivo deve ser estruturado por meio de três pressupostos em combinação com soluções tecnológicas para o tratamento das massas documentais:

- I) a determinação das competências essenciais necessárias à concepção de um sistema para a gestão estratégica da informação nas organizações passa por estudos sistemáticos das necessidades de informação dos usuários;
- II) os resultados obtidos com um sistema de gestão estratégica da informação, assim como a determinação das competências essenciais necessárias à concepção dos mesmos, são mais efetivos quando estão voltados para áreas específicas da organização; e
- III) o estudo dos métodos, técnicas e instrumentos da gestão estratégica da informação nas organizações propicia o aprimoramento de processos tradicionais da ciência da informação, além de se constituir em campo profícuo na modernização e adaptação de novas soluções para melhoria contínua do desempenho dos sistemas de informação e de inteligência (ARAÚJO JÚNIOR; SOUSA; ALBUQUERQUE, 2015, p.66)

O senso comum de que as tecnologias podem resolver todos os problemas também apresenta repercussão na classificação de documentos de arquivo, em que acredita-se que a tecnologia da informação, com suas várias aplicações, pode substituir completamente as rígidas estruturas de classificação por formas de acesso definidas pelos usuários.

Para dirimir dúvidas, cabe lembrar que o acesso, a busca e a recuperação são apenas parte dos objetivos da classificação de documentos de arquivo. Chega-se a entender que a recuperação dos documentos é somente um benefício colateral da classificação, sendo seu propósito primário colocar os documentos individuais nos conjuntos a que pertencem, baseando-se no mandato e nas funções do criador, de acordo com a proposta de Duranti; Eastwood; Macneil (2003).

Uma das características principais do documento de arquivo é a relação que os documentos mantêm entre si e que necessita ser ressaltada para dar sentido aos próprios documentos e as atividades e/ou ações que os originaram. Os autores acrescentam que a manutenção do contexto, apoiada nas relações entre os documentos, é um dos pilares da investigação que envolve a autenticidade dos documentos digitais, por exemplo.

A classificação é uma função arquivística, tanto quanto a avaliação, a descrição, a criação, a preservação, a aquisição e a difusão. De acordo com Lopes (1996), o coração das práticas é formado pela classificação, avaliação e descrição. A partir desse entendimento, é possível considerar a classificação como uma função matricial, pois é por meio dela que se realiza a avaliação. O instrumento arquivístico de gestão dos prazos de guarda e da destinação final (tabela de temporalidade), independentemente da metodologia aplicada e de sua configuração, sempre tem como ponto de partida os conjuntos documentais definidos na classificação, ou seja, parte-se para a avaliação tendo como ponto inicial a classificação.

No caso da descrição, a situação é semelhante, já que a norma internacional de descrição arquivística - ISAD-G (Conselho Internacional de Arquivos, 2000) e a norma brasileira de descrição arquivística – Nobrade (Conselho Nacional de Arquivos, 2006), definem como primeiro elemento de descrição o conjunto documental, representado pelo fundo, série ou subsérie, isto é, a classificação. Assim, a classificação ganha uma envergadura que sustenta toda a construção da prática arquivística. Ter qualidade na definição dos conjuntos documentais e de suas relações é condição básica para o que fazer arquivístico. Todavia, o maior entrave ao pleno acesso à informação não são as restrições impostas pela lei, mas as condições de organização da informação pública, que ainda é, na maioria dos casos, desconhecida.

A classificação é parte integrante de um programa de gestão de documentos e a norma ABNT NBR ISO 15.489-1: 2018 define oito processos para produção, captura e gestão de documentos de arquivo, dentre eles o de classificação e indexação de documentos de arquivo, a última entendida como um processo com etapas de análise, descrição e representação temática do conteúdo dos documentos, a fim de converter conceitos em descritores ou palavras-chave. Sousa; Araújo Júnior (2016) afirmam que a indexação, como atividade de representação do conteúdo dos documentos, operacionaliza o processo de busca e recuperação da informação, e acrescentam que:

O armazenamento da informação só pode ser realizado com efetividade se a indexação for feita de modo satisfatório, ou seja, representando com fidedignidade o conteúdo dos documentos (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2016, p.178).

A norma ABNT NBR ISO 15.489-1: 2018 e o e-Arq Brasil (2011) indicam como instrumentos específicos e obrigatórios de gestão de documentos o plano de classificação de documentos. Empiricamente, podemos afirmar que a condição de excelência em situação arquivística é atestada pela existência das seguintes condições nas instituições:

- política arquivística,
- existência de unidades político-administrativas responsáveis pela gestão dos documentos, de recursos humanos qualificados, de recursos materiais, de recursos financeiros; e
- instrumentos de gestão arquivística (plano de classificação, tabela de temporalidade, etc.).

A classificação de documentos de arquivo precisa ser uma construção técnico-científica, fato que é motivo de preocupação há vários anos. A importância apontada na literatura da área não teve, no mesmo nível, o estabelecimento de um instrumental teórico-metodológico consolidado. Fala-se e trabalha-se com classificação sem agregar o desenvolvimento desse conceito proporcionado pela filosofia e pela teoria da classificação. Apresenta-se o caminho sem discutir os meios necessários para percorrê-lo. Importam-se, sem críticas, métodos desenvolvidos para objetos de características e natureza diferentes dos da arquivologia. E tudo isso tendo como pano de fundo a imprecisão terminológica, que parece ser uma marca comum da área. Uma função tão importante, aqui caracterizada, merece estudos mais aprofundados e não apenas descritivos, situação que enseja propostas de estudo e trabalhos que verticalizem teoricamente a questão (SOUSA, 2007).

A descrição de documentos de arquivo é objeto de vários estudos. Em 2004, o Conselho Nacional de Arquivos lançou uma publicação elencando 232 referências sobre o tema com textos em espanhol, português, inglês e francês. Em 2013, a Associação dos Arquivistas Brasileiros lançou uma publicação intitulada: *A produção científica da arquivologia em classificação, descrição e recuperação: o estado da arte* (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2013), com 64 indicações de leitura em português, inglês e espanhol sobre esse tema.

A Society of American Archivists, em seu glossário on-line, define a descrição de documentos de arquivo como o:

(...) processo de análise, organização e detalhes do registro sobre os elementos formais de um documento ou conjunto de documentos, como criador, título, datas, extensão e conteúdo, a fim de facilitar o trabalho de identificação, gestão e compreensão.

O Conselho Internacional de Arquivos (2001) entende a descrição de documentos de arquivo como a elaboração acurada da representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro da informação que sirva para identificar, gerir, localizar, explicar e contextualizar os documentos de arquivo, bem como caracterizar o sistema arquivístico que os produziu.

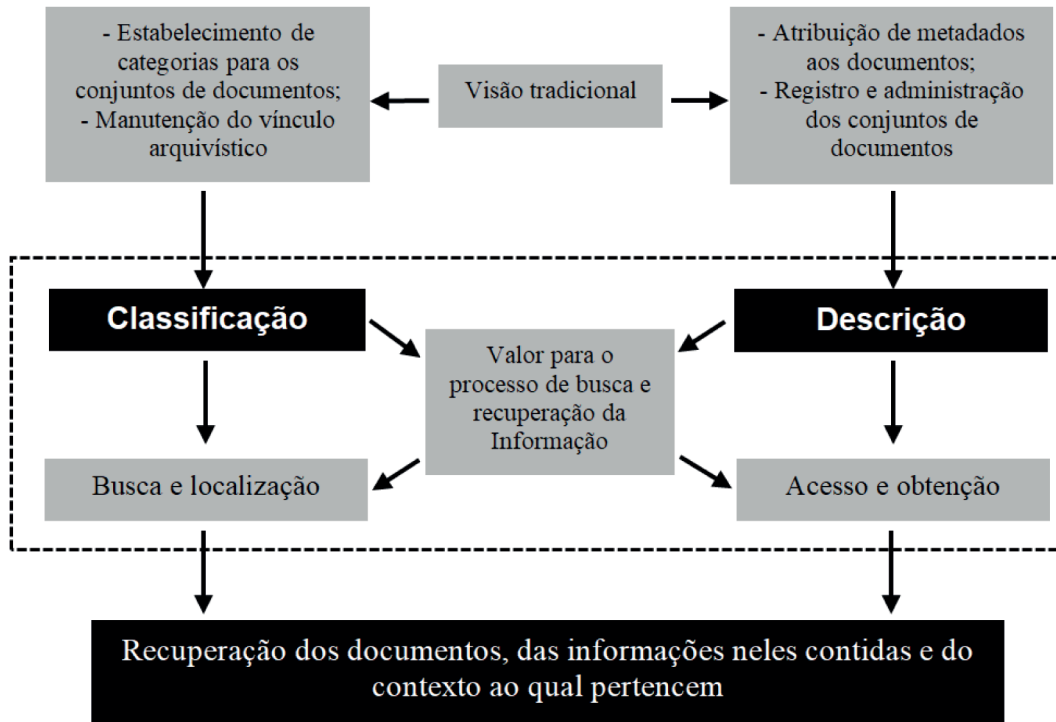
O desafio que se impõe para a representação da informação em arquivos está na compreensão de que a junção das funções de classificação e descrição deve apontar também para a recuperação da informação. A construção de um entendimento sobre a utilização das funcionalidades das funções arquivísticas na busca e recuperação passa por:

- equacionar as duas possibilidades de busca, ou seja, a informação contida no documento e a informação contextual;
- compreender que classificação não é suficiente para atender as duas possibilidades de busca;
- realizar pesquisas transversais pelas funções; e
- relacionar a indexação com a classificação.

A abordagem tradicional dessas funções não permite enxergá-las para além da manutenção do vínculo arquivístico ou da fundamentação de outras funções arquivísticas, dificultando a compreensão do valor que possuem para o processo de busca e recuperação da informação.

A figura 1, a seguir, ilustra esta questão:

Figura 1 – A classificação e a descrição no âmbito da recuperação da informação



Fonte: Elaboração dos autores.

A integração da gestão de documentos e da gestão da informação em um só conjunto de esforços, a partir da recuperação das informações contidas nos documentos, parece ser o pressuposto de junção das funções arquivísticas de classificação e descrição naquilo que é convergente nos objetivos das duas funções: registro, administração e acesso.

SOBRE O PADRÃO RECORDS IN CONTEXTS (RIC) OU DOCUMENTOS EM CONTEXTOS

Como forma de atualizar a compreensão sobre os modelos de descrição de documentos de arquivo que concorrem para a construção de um modelo de integração, em 2016 o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) propôs uma norma para descrição de documentos de arquivo, que deveria incluir, em uma versão mais avançada, um modelo conceitual, o Records in Contexts que tem como sigla RiC.

A proposta formulada pelo conselho foi o desenvolvimento de padrão de descrição de documentos de arquivo em duas partes, uma voltada para o modelo conceitual de descrição arquivística e outra para ontologias, respectivamente RiC-CM e RiC-O. A proposta foi elaborada pelo Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística (Egad) em conjunto com 13 países, e foi disponibilizada para consulta pública, em 2016, realizada no Brasil pelo Arquivo Nacional.

De acordo com o Egad/ICA (2016), o RiC-CM procura dar relevo ao Princípio da Proveniência, ou seja, respeito aos fundos como fundamento teórico da arquivologia, que consiste em manter agrupados os documentos provenientes de uma entidade produtora, a fim de resolver os problemas de descrição de documentos de arquivo existentes nas normas do CIA, por meio da integração da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G); Norma Internacional de

Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF), Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF) e Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH). A proposta é um exemplo claro da visão, há muito sedimentada, do papel da descrição de documentos de arquivo, tal como entendida por Esteban Navarro (1995), que a considera como parte culminante do trabalho arquivístico, pois é a atividade que possibilita ao arquivo cumprir com a sua razão de ser, ou seja, informar.

Nesse sentido, Moraes (2018) reafirma que o objetivo do RiC-CM como modelo conceitual para a descrição de documentos de arquivo procura:

(...) refletir um consenso dos profissionais da área de arquivologia e da ciência da informação com o intuito de usufruir das oportunidades proporcionadas pelas tecnologias de informação e comunicação de tal maneira que façam surgir oportunidades de trabalho cooperativo e formas de facilitar e proporcionar acesso e compreensão ao registro humano (MORAES, 2018).

Considerando a finalidade da descrição de documentos de arquivo, ou seja, administrar e registrar a informação para identificar, gerir, localizar e recuperar os documentos, fica claro qual é o objetivo do RiC-CM que é, como modelo conceitual, integrar os diversos enfoques de como e o que descrever nos documentos.

Como parte do esforço da norma de integração das unidades a serem descritas, a tabela 1 apresenta as entidades do RiC e as categorias em Ranganathan e Schellenberg, tais como propostas por Miranda (2018), para ilustrar a integração das visões:

Tabela 1 – Entidades do RiC e as categorias em Ranganathan e Schellenberg

Entidades do RiC	Categorias de Ranganathan	Categorias de Schellenberg
RiC-E1 – Record	RiC-E1 – Record	RiC-E1 – Record
RiC-E2 - Record Component	RiC-E2 - Record Component	RiC-E2 - Record Component
RiC-E3 – Record Set	RiC-E3 – Record Set	RiC-E3 – Record Set
RiC-E4 – Agent	RiC-E4 – Personalidade	RiC-E4 – Quem?
RiC-E5 – Occupation	RiC-E5 – Occupation	RiC-E5 – Occupation
RiC-E6 – Position	RiC-E6 – Position	RiC-E6 – Position
RiC-E7 – Function	RiC-E7 – Function	RiC-E7 – Function
RiC-E8 - Function (Abstract)	RiC-E8 - Function (Abstract)	RiC-E8 - Function (Abstract)
RiC-E9 – Activity	RiC-E9 – Energia/Matéria	RiC-E9 – O quê?
RiC-E10 – Mandate	RiC-E10 – Mandate	RiC-E10 – Mandate
RiC-E11 - Documentary Form	RiC-E11 - Documentary Form	RiC-E11 - DocumentaryForm
RiC-E12 – Date	RiC-E12 – Data	RiC-E12 – Quando?
RiC-E13 – Place	RiC-E13 – Local	RiC-E13 – Onde?
RiC-E14 - Concept/Thing	RiC-E14 - Contexto/Tema	RiC-E14 - Concept/Thing

Fonte: Miranda (2018).

O Conselho Internacional de Arquivos (2016) considera que o RiC-O (módulo de ontologias) trará para a comunidade de arquivistas ferramentas de descrição baseada em técnicas de Linked Open Data (LOD), a fim de viabilizar uma linguagem documentária apropriada para a descrição arquivística, módulo que terá impacto direto na complementação do papel da descrição, que é o de viabilizar o acesso a uma linguagem documentária que apoie os usuários no processo de busca e recuperação da informação.

O LOD, na proposição de Moraes (2018) é:

(...) um movimento crescente para estimular as organizações disponibilizarem seus dados em formato compreensível para os computadores (máquinas). Esta iniciativa permite aos usuários criar e combinar conjuntos de dados e criar suas interpretações dos dados disponibilizados. A essência do *Open Data* é a possibilidade de disponibilizar dados abertos para qualquer tipo de aplicação e isso pode ser alcançado por meio de uso de padrões abertos, como por exemplo o RDF para descrição de metadados (MORAES, 2018, p. 19).

Outra concepção que incorpora as funcionalidades das linguagens documentárias como mecanismo de aperfeiçoamento da função de recuperação da informação foi apresentada pelo CIA (2016) para o RiC-O, que enseja a utilização de um vocabulário e de uma estrutura conceitual para apoiar a descrição de documentos de arquivo, pois desse modo complementar as funcionalidades de integração atribuídas ao RiC-CM. Todavia, é perceptível entre os autores que abordam o tema que o módulo de ontologias necessitará de muitos estudos e ajustes, pois a solução não está totalmente desenvolvida.

Para Gillean (2017) *apud* Moraes (2018), o RiC-CM e o RiC-O têm papéis distintos, porém convergem na facilitação da coerência e da interoperabilidade em campos descritivos. A ontologia e o modelo conceitual devem, em conjunto, contribuir para a modelagem consistente das descrições.

Os autores também afirmam que o Conselho Internacional de Arquivos foi “ousado” ao propor o RiC-O em virtude do montante considerável de recursos a ser investido no desenvolvimento da tecnologia e na construção de uma metodologia viável. Não obstante, Bezerra; Fonseca; Marcondes (2017) observam que o Padrão Records in Contexts é uma ferramenta factível de apoio para o usuário na recuperação de informações em acervos integrados, pois a ‘descrição é multidimensional’, fato que permite a consideração de um fundo em contexto mais amplo.

O entendimento dos autores parece ser a tendência de desenvolvimento que se percebe para a descrição de documentos de arquivo, aliando a tecnologia com a concepção do processamento técnico dos documentos em contextos voltados para a facilitação da recuperação da informação pelos usuários.

DESCRIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

No Brasil, o Arquivo Nacional (2005), em seu dicionário de terminologia, entende a descrição de documentos de arquivo como o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”. É possível considerar o instrumento de pesquisa como o meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas.

Verifica-se que, em momento algum, as definições restringem o uso dessa função a uma das idades documentais, isto é, aos arquivos permanentes. É evidente que em cada uma das fases é possível identificar usuários com perfis diferentes, ou melhor, novos usuários vão surgindo em cada uma das idades.

Para corroborar essa percepção, Smit (2018) nota que a descrição:

(...) não se limita aos documentos em fase permanente, pois é iniciada na fase corrente, quando alguns pontos de acesso, para individualizar e recuperar os documentos, são forçosamente empregados, por mais simples que seja o sistema adotado para a gestão de documentos (SMIT, 2018, p.49).

Além disso, a descrição permite a atribuição de metadados aos documentos, como forma de identificar suas características físicas e de conteúdo voltadas, como assegura Smit (2018), para a individualização dos documentos, o que acaba por viabilizar a sua recuperação.

A norma brasileira de descrição arquivística (Nobrade), publicada em 2006, que foi baseada na norma geral internacional de descrição de documentos de arquivo, do Conselho Internacional de Arquivos, definiu 28 elementos de descrição disponíveis distribuídos em oito áreas: i) identificação, ii) contextualização, iii) conteúdo/estrutura, iv) condições de acesso/uso, v) fontes relacionadas, vi) notas, vii) controle da descrição e viii) pontos de acesso/descrição de assuntos, sendo o último elemento de descrição a novidade da norma brasileira em relação à norma internacional, na qual se registram os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

Os elementos considerados, pela Nobrade, como obrigatórios, são os seguintes: código de referência, título, data (s), nível de descrição, dimensão/suporte, nome do produtor e condições de acesso (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

O Conselho Nacional de Arquivos estabeleceu como objetivo da norma facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Entretanto, os elementos considerados obrigatórios não atendem ao primeiro objetivo, isto é, facilitar o acesso, pois nenhum se destina a registrar os termos para localização e recuperação da unidade de descrição.

Dois áreas da Nobrade fazem referência à busca pelo conteúdo dos documentos: conteúdo/estrutura e pontos de acesso/descrição de assuntos. A primeira tem como finalidade informar o âmbito (contexto histórico e geográfico) e o conteúdo (tipologia documental, assunto e estrutura da informação) da unidade de descrição. A segunda, pontos de acesso e descrição de assuntos, tem como objetivo registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado. É a regra é a de identificar os pontos de acesso que exigirão maior atenção na geração de índices e realizar a indexação de assuntos de maneira controlada sobre elementos de descrição para a pesquisa (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006).

A indexação de assuntos, segundo a Nobrade, deve contemplar os nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos. Cunha; Cavalcanti (2008) definem como assunto tópico o termo geral, nomes de eventos ou objetos, atribuído a um registro, com a finalidade de proporcionar acesso ao mesmo. Não há clareza de como trabalhar, na prática, com esses elementos como pontos de acesso e descrição de assuntos.

A lógica da indexação de assuntos é propiciar a recuperação da informação ou a informação contida nos documentos, lógica que inclui a 'recuperação' do vínculo arquivístico. Neste ponto é possível associar nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos, como metadados que, além de facilitar a recuperação, permitem uma visão multidimensional dos documentos, fator preponderante na ampliação do contexto arquivístico.

Desse modo, um sistema de indexação não pode prescindir do controle de vocabulário, pois como entendem Aguiar; Tálamo (2012), o controle de vocabulário pressupõe um conjunto organizado de termos padronizados, normalizados e unívocos, fatores intervenientes para a efetividade da indexação que possui duas funções claras, a recuperação da informação e do vínculo arquivístico.

Sobre esse entendimento, Smit (2018) acrescenta que:

A atenção dada ao uso e usuário justifica o controle de vocabulário, ao reconhecer que usuários distintos, em diferentes momentos e com necessidades diversas, buscam por documentos, e a missão arquivística somente se completa se estes documentos puderem ser encontrados e devidamente contextualizados (SMIT, 2018, p.53).

Para a padronização dos termos, a melhor alternativa é a utilização de um vocabulário controlado nos moldes de uma taxonomia, que deve ser construída considerando a estrutura de classificação (código de classificação), a fim de associar a padronização dos termos às atividades que os produziram, vinculando, de maneira concisa, a indexação à classificação voltada para a recuperação da informação e do vínculo arquivístico, tal como preconizam Sousa; Araújo Júnior (2017):

A opção pelo uso das taxonomias para a padronização dos termos no processo de indexação de documentos está baseada na estrutura hierárquica de termos por camadas e pela similaridade da sua disposição lógica com as áreas funcionais previstas na estrutura organizacional das instituições. Essa constatação facilita a vinculação do código de classificação com a taxonomia, possibilitando classificar e padronizar a escolha dos descritores que melhor representem a essência conceitual dos documentos (SOUSA; ARAÚJO JÚNIOR, 2017, p. 53).

Os autores ressaltam, com efeito, que a utilização de linguagens documentárias como ferramentas indispensáveis à recuperação da informação pode ser compreendida como complemento para a classificação de documentos de arquivo, tendo em vista que a finalidade desta ação é padronizar os termos, palavras-chave ou descritores para concretizar a criação de “rótulos” que, com o número de classificação dos documentos, viabilizam a recuperação dos documentos e informações demandadas pelos usuários.

Outro aspecto que merece atenção na recuperação da informação contida nos documentos de arquivo, o e-ARQ Brasil, que é o modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos - Sigad (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011), encontramos em duas

das sete operações técnicas do sistema, captura e pesquisa, localização e apresentação dos documentos, a preocupação com a descrição de documentos de arquivo voltada para a operacionalização da busca e recuperação da informação.

A captura consiste em declarar um item documental como um documento arquivístico, incorporando-o ao sistema de gestão arquivística por meio das seguintes ações:

- i. registro;
- ii. classificação;
- iii. indexação;
- iv. atribuição de restrição de acesso; e
- v. arquivamento.

Nas operações relacionadas à pesquisa, localização e apresentação dos documentos, define-se que um Sigad tem que permitir a recuperação do documento por meio das formas de identificação implementadas, incluindo: identificador; título; assunto; datas; procedência/interessado; autor/escritor/originador; classificação.

Para Cunha; Cavalcanti (2008), assunto é a matéria sobre a qual se fala ou se escreve, a matéria de que trata um documento, um elemento usado para descrever o conteúdo de um recurso informacional. Vocabulário controlado, palavras-chave ou frases podem ser utilizados para descrever o assunto ou conteúdo do documento, como já descrito anteriormente.

Assim, a busca por uma forma de definir e fixar o assunto ou conteúdo do documento no arquivo corrente é uma parte fundamental do processo de descrição de documentos de arquivo. E, como foi possível verificar, não há orientações práticas de como operar de maneira eficiente com esse elemento de descrição (metadado), lacuna na literatura e na prática profissional que ainda carece de estudos, mas que o presente trabalho lança como reflexão.

NOVOS COMPORTAMENTOS INFORMACIONAIS DOS USUÁRIOS

O comportamento dos usuários é cada vez mais relevante na organização e representação da informação. Essa perspectiva tem lançado desafios à prática de administração de acervos, que remonta a pelo menos 25 anos.

Em trabalho pioneiro que tratou da representação e da organização do conhecimento em arquivos, Esteban Navarro (1995) já alertava para uma tendência clara nas atividades de tratamento dos acervos de arquivo. Na época, o autor partiu do pressuposto de que a informação, como recurso estratégico importante, exige retirar o máximo rendimento de todos os bens informativos de uma organização com o menor custo possível para o atendimento das demandas informacionais, sobretudo daquelas que apoiam os processos de tomada de decisão nas corporações. Em consequência disto:

(...) surge uma nova imagem do arquivo nas instituições, caracterizada pela passagem de um conceito tradicional de arquivo como conservador passivo da documentação para um componente mais amplo que podemos denominar sistema de informação global a serviço de uma instituição (ESTEBAN NAVARRO, 1995, p. 85).

Há uma relação direta entre a necessidade de informação dos usuários e as principais características de um sistema de recuperação da informação efetivo. Essa relação corrobora o que foi tendência há duas décadas, mas que ainda não foi tratado adequadamente nos arquivos hoje, a relação entre o arquivo como um sistema global de informações e o monitoramento sistemático das necessidades informacionais dos usuários.

A difusão/disseminação da informação se inscreve entre as principais finalidades que transformaram a imagem dos arquivos de meros conservadores para elementos ativos no processo decisório, por isso constitui um serviço que as unidades devem ofertar como complemento às tradicionais atividades de divulgação de seus serviços e produtos.

Além de poder contar com bases de dados, e, ultimamente, com as potencialidades do Sigad, essas unidades podem lançar mão de uma oferta de informação que atenda na íntegra às demandas dos seus usuários.

Aumentar a interação com os usuários, criando um espaço de ampla mediação da informação onde a inserção dos conceitos de proatividade, reúso e customização vão apoiar a promoção do acesso ao acervo de conhecimento depositado nos arquivos, é a tendência proposta por Esteban Navarro (1995), quando diz que o arquivo caminha para constituir uma unidade receptora, captadora e disseminadora de recursos informacionais destinados a ajudar a gestão e a tomada de decisão na instituição que o hospeda.

Considerando que difundir/disseminar a informação é atender de forma customizada o usuário ou grupos de usuários, os novos comportamentos informacionais representam uma oportunidade, desde que devidamente monitorados, não apenas para quem demanda a informação, mas também para as unidades que a operacionalizam, já que permite às unidades de arquivo utilizar sua prerrogativa de fornecedoras de informação para criar um elo de mediação clara e duradoura com seus usuários.

Assim, a gestão de documentos de arquivo deve incluir e aprimorar seu conhecimento sobre as necessidades dos seus usuários, atendendo suas pesquisas e consultas com assertividade, em espaço de tempo cada vez menor para, logo a seguir, propor soluções de modo proativo, antes mesmo da demanda expressa.

Os objetivos do modelo de difusão/disseminação da informação devem seguir as seguintes etapas:

- i. difundir/disseminar as informações contidas no acervo para grupos de usuários identificados e cadastrados no arquivo;
- ii. apoiar, de modo individualizado, os usuários do arquivo na recuperação de itens de informação que atendam às suas necessidades;

- iii. identificar, manter e atualizar o perfil de necessidades informacionais dos usuários do arquivo;
- iv. promover um processo de comunicação sistemática, direcionada e individualizada com os usuários do arquivo, a fim de mantê-los informados sobre os serviços de apoio ao processo de tomada de decisão que o arquivo oferece.

A implementação de um modelo de difusão/disseminação da informação ensinará uma mudança de comportamento dos gestores dos arquivos. Esse ajuste vai de uma postura reativa no atendimento dos usuários para uma ação proativa de atendimento, indo ao encontro dos seus usuários com serviço de apoio e com valor agregado.

Na proposição do modelo de difusão/disseminação da informação para arquivos, o conceito de proatividade está relacionado à antecipação de uma situação determinada, ou seja, envolve a previsão das expectativas e a concretização da demanda latente antes da demanda expressa. A informação proativa é dada antes mesmo de o usuário expressar suas necessidades informacionais. Estar centrado no usuário significa, acima de tudo, monitorar suas necessidades e antecipar-se a elas. Ir ao encontro do usuário e não esperar que ele venha até as fontes de informação significa a criação de uma atenção total aos seus anseios e a permanente busca de inovação em todas as áreas da instituição.

Se a concepção da gestão da informação está ligada à concepção do “foco no usuário” e à “proatividade”, resultados palpáveis na criação de atenção total ao usuário serão as bases para um novo modelo de relacionamento das unidades de arquivo com as novas demandas advindas do novo comportamento informacional dos usuários. Essa concepção se coaduna com a visão firmada por Esteban Navarro (1995), de que não se trata de substituir as tarefas tradicionais dos arquivos, mas enriquecê-las e aprimorá-las, abrindo, como consequência, novos campos de trabalho para os gestores da informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças sociais e tecnológicas estão colocando em debate a teoria e a prática na arquivologia. Este trabalho buscou entender o papel das funções classificação e descrição de documentos de arquivo no âmbito dessa discussão. A literatura da área vem enfrentando os desafios impostos pelo documento de arquivo digital. Desde a década de 1990 os autores vêm discutindo o papel e o impacto da tecnologia da informação na teoria e prática arquivística (DOLLAR, 1994).

A recuperação dos documentos digitais em sistemas automatizados de informação ganhou uma série de possibilidades em relação aos sistemas manuais. A experiência dos usuários nos motores de busca, como o Google, trouxe novos comportamentos informacionais, que passam a exigir dos sistemas de informação performances semelhantes na pesquisa de informação.

A legalização do acesso à informação também impactou diretamente nas demandas feitas aos arquivos. Em sua fase ativa e semiativa, os arquivos atendiam a um tipo de busca dentro dos limites das funções, como representado nos planos de classificação. Por exemplo, servidores ou funcionários que trabalham com determinadas atividades e funções, na maioria das vezes, buscam documentos e informações dentro desse ambiente. Os interesses, nesses casos, são funcionais e restringem-se a eles. Quando entendemos o arquivo como fonte privilegiada da base de conhecimento da organização, as demandas informacionais passam a ser mais amplas do que aqueles interesses específicos. Portanto, a busca ancorada na relação orgânica dos documentos de arquivo não é suficiente para atender a essas novas exigências.

Outra questão importante surge com as possibilidades de acesso à informação abertas pela Lei de Acesso à Informação. Os sistemas de gestão de documentos precisam ser capazes de atender a interesses difusos, que exigem buscas transversais entre as funções.

São essas novidades que demonstram a necessidade de trabalharmos com as funções de classificação e descrição de documentos de arquivo de uma maneira diferente daquela que vinha sendo utilizada até então. Não podemos prendê-las em fases do contínuo da vida do documento. Pelo contrário, elas precisam ser implementadas desde o momento da criação até a eliminação ou guarda permanente desses documentos. É impossível oferecermos informações sobre as decisões tomadas em relação aos documentos e sobre o contexto da existência deles se não fizermos isso durante todo o contínuo.

Além disso, é fundamental permitir ao usuário (seja ele o administrador, que cria o documento ou que participa das atividades vinculadas a essa evidência, o cidadão comum em busca de informações para exercer plenamente a cidadania ou o pesquisador à procura das fontes de sua investigação) a possibilidade de agrupamentos temporários, como defende Bak (2012), com sua proposta de classificação descritiva.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. L.; TÁLAMO, M. F. G. M. O controle de vocabulário da linguagem orgânico-funcional: concepção e princípios teórico-metodológicos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 117-138, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/55239>. Acesso em: 27 Fev., 2019.

ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. *Precisão no processo de busca e recuperação da informação*. Brasília: Thesaurus, 2007.

ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de; SOUSA, R. T. B. de; ALBUQUERQUE, S. F. de. Métodos, técnicas e instrumentos de organização e gestão da informação nas organizações. In: BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. (org.). *Organização da informação: abordagens e práticas*. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 44-68.

ASSOCIAÇÃO dos Arquivistas Holandeses. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15.489-1: Informação e documentação - gestão de documentos de arquivo - Parte 1: conceitos e princípios*. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.p.25.

BAK, G. Continuous classification: capturing dynamic relationships among information resources. *Archives Science*, n. 12, p. 287-318, 2012.

BEZERRA, D. A.; FONSECA, V. M. M. da; MARCONDES, C. H. CRM, FRBR e RiC: o alinhamento semântico de acervos de museus, bibliotecas e arquivos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. *Anais [...]*. Marília: ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/319/1161>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 12 fev.2019.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Descrição arquivística: referências bibliográficas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Referencias_descricao.pdf. Acesso em: 12 Fev. 2019.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *e-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos/câmara técnica de documentos eletrônicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>. Acesso em: 12 Fev., 2019.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Y. *Les archives au XX siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche*. Montréal: l'Université de Montréal, 1982.

COUTURE, C. *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*. Québec: Presses l'Université du Québec, 1999.

CRUZ MUNDET, J. R. *Diccionario de archivística: con equivalências em inglês, francês, alemão, português, catalão, euskera y gallego*. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DOLLAR, C. Tecnologias da informação digitalizada e pesquisa acadêmica nas ciências sociais e humanas: o papel crucial da arquivologia. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.66-80, 1994.

DURANTI, L.; EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. *Preservation of the integrity of electronic records*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003.

ESTEBAN NAVARRO, M. A. *La representación y la organización del conocimiento em los archivos. Organización del Conocimiento en Sistemas de Información y Documentación*. 1. ed. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, ISKO-Espanha, 1995. p. 65-90. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2341313>. Acesso em: 11 fev. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Experts Group on Archival Description. Records in Contexts: a conceptual model for archival description*. [S.l.:s.n.], 2016. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/RiC-CM-0.1.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 15489- 1: 2001; Information and documentation – records management. Part 1: General*. [S. l.:s.n.], 2001. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/31908.html>. Acesso em: 08 fev. 2019.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 15489- 1: 2001; Information and documentation – records management. Part2: Guidelines*. [S. l.:s.n.], 2001. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/31908.html>. Acesso em: 08 fev. 2019.

LOPES, L. C. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996.

MIRANDA, J. M. de. Do multinível ao multidimensional: o padrão Records in Contexts (RiC) e as perspectivas da descrição arquivística na era digital. In: SEMINÁRIO TECNOLOGIA E CULTURA, 3., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2018. Disponível em: http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7582/1/Apresentação_RiC_SeminárioCasaRui_2018-1.pdf. Acesso em: 29 jan., 2019.

MORAES, H. A. R. *Records in contexts: a conceptual model for archivaldescription (RiC-CM): análise da proposta de um padrão internacional integrado de descrição arquivística*. 2018. 92 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Carlos, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10520/PPGCI_Mestrado_Humberto_Moraes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 jan. 2019.

ROSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SMIT, J. W. Vocabulário controlado e controle de vocabulários em arquivos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 46-56, set./dez. 2018.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. A glossary of archival and records terminology. [S.l.: s.n.], [2018?] Disponível em: <http://www2.archivists.org/glossary/terms/a/archival-description>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SOUSA, R. T. B. de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, V.; INNARELLI, H.; SOUSA, R. *Arquivística: temas contemporâneos*. São Paulo: Senac, 2007

SOUSA, R. T. B. de; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. (org.). *A produção científica da arquivologia em classificação, descrição e recuperação: o estado da arte*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

SOUSA, R. T. B. de; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. A descrição de documentos nos arquivos correntes. In: BRITO, L. de S. (org.). *Ensaio teórico-práticos em arquivologia*. Rio Grande: Editora da FURG, 2016. p. 155-199.

SOUZA, R. T. B. de; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. A indexação e criação de taxonomias para documentos de arquivo: proposta para a expansão do acesso e integração das fontes de informação. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, Marília, v.11, n. 4, 2017. p.47-56. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7508>. Acesso em: 26 fev., 2019.